ALMEIDA, Ana Rita Silva. A emoção na sala de aula. Campinas, SP: Papirus, 2ª ed.1999.
ARANHA, Rodrigo. Paixão: o chamado de uma geração. São Luís- MA: Semear, 1ª ed. 2005.
ANDRADE, Carlos Drummond. Poesia Completa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1ª ed. 2007.
ANTUNES, Celso. A dimensão de uma mudança. Campinas-SP: Papirus, 2ª ed. 2002.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A turma de trás. In: MORAIS, Régis. Sala de aula.
Campinas- SP: Papirus, 19ª ed. 2005, p.105-122.
CHALITA, Gabriel. Pedagogia do Amor. São Paulo: Gente, 7ª ed. 2005.
. Educação: a educação a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 1ª ed. 2001.
CURY, Augusto. Filhos brilhantes, alunos fascinantes. São Paulo: Planeta do Brasil, 1ª ed.2007.
. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 20ª ed. 2003.
ESCRITORES DA LIBERDADE. Richard Lagravenese. Los Angeles- EUA; 2007, [S. d.]. 1 DVD (127 min).
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ª ed. 1998.
GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem.
Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEE/SEF, 1997.
ROSSINI, Maria Augusta Sanches. Pedagogia afetiva. Petrópolis- RJ: Vozes, 2001.
TIBA, Içami. Quem ama educa. São Paulo: Interage, 1ª ed. 2007.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA EDUARDA DA SILVA SANTOS SOUZA

RESUMO
O presente trabalho tem objetivo inicial a identificação histórica da Educação Especial no âmbito escolar. Seu publico alvo: Educação Infantil é tida de acordo com os documentos oficiais a primeira etapa da Educação Básica e nesta perspectiva o direito a ela deve ser garantido a todos independente de sua condição social, intelectual ou deficiência. No segundo capítulo o conceito exclusão, inclusão e integração é exposto num contexto de garantir o direito a todas as crianças a educação de qualidade e em classe comum, visa ainda a co-responsabilidades da família e sobretudo, do Poder Público para que esses direitos sejam garantidos. E para concluir o enredo, o papel do professor é redigido no capitulo três afim deste personagem resinificar seu fazer pedagógico preocupando- se não apenas em atender a clientela da educação especial, mas também manter uma educação continuada em seu currículo.
PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação; Reflexão; Formação.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial ainda tem sido um grande tabu para muitos professores e é na Educação Básica que vem as primeiras dificuldades enfrentadas pelo educador.
O primeiro contato da família com a escola, por vezes vem sem o acompanhamento de uma equipe de profissionais multidisciplinar como fonoaldiólogo, psicólogo, fisioterapeuta, entre outros.
Muitos até desconhecem os direitos legais de seus filhos e só passam a conhecê-lo a partir do diálogo com a instituição de ensino.
É preciso garantir igualdade de acesso e de condições para o acesso e parmanência nas escolas, assim como a lei assegura e tirar a lei do papel é dever de todos.
Cada criança é um indivíduo único, assim como as especificidade de sua deficiência cabe um olhar reflexivo e adapatações do currículo, quando se faz ncessário para garantia deste direito.
Há ainda diversas situações em que a negligência é predominante e neste contexto a vítima é a criança, sujeito de direito sem direitos respeitados.
Cabe, portanto, uma preocupação não apenas por parte do Poder Público, mas, sobretudo, dos pares envolvidos: educador/gestor e família. Os direitos da criança é dever de toda e qualquer indivíduo e ignorá-los cabe medidas e penais.
No que tange aos professores a inquietação de sempre buscar aperfeiçoar- se, redescobrir seu fazer pedagógico e está disposto a mudanças em sua rotina, já com as famílias a coparticipação e responsabilidade de transformar a realidade hoje vista em muitas classes de ensino regular, exigir que os direitos de seus filhos sejam cumpridos conforme dito na legislação.
A preocupação em uma formação continuada é realidade para todo educador, e quando o assunto em destaque são as multiplas deficiências hoje vista, a ncessidade fica ainda mais evidente, pois a formação inicial docente não dá conta das complexidades e especificações de toda demanda.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil

Para que a realidade vista em tempos atuais seja compreendida fez-se necessário um resgate do conceito histórico da Educação especial no Brasil e durante décadas essa educação era tida como local paralelo a educação básica, os alunos com algum tipo de deficiência tinha atendimento exclusivamente nestes locais.

Neste contexto o atendimento de pessoas com necessidades especiais no Brasil se deu a partir da inauguração de duas instituições distintas localizadas no Estado do Rio de janeiro: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin. Estes locais tinham visão assistencialista e terapêutica e foco educacional era ofertado apenas para as crianças tidas como “normais”.

Em 1920 devido ao movimento da Escola Nova, vários psicólogos europeus influenciaram de forma significativa a educação especial brasileira, entre estes, destaca-se a Russa Helena Antipoff, criadora da Sociedade Pestalozzi em Minas Gerais.

CORREA (1997) afirma que:

O surgimento de instituições leva a aceitar uma certa responsabilização na educação de crianças com deficiência, ao mesmo tempo, imbuída por uma ambiguidade profunda com respeito ao fenômeno das diferenças individuais que implicam limitações e deficiência (CORREIA, 1997, p.69).

Já em meados de 1954 devido a grande demanda de escolas e de instituições filantrópicas sem fins lucrativo, surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), estes prestavam atendimento especializado para pessoas com deficiência mental grave.

Nas décadas de 1950 e 1960 um novo conceito educacional surge no Brasil: O Movimento de Educação Popular. Esse movimento de acordo com Saviani (2008):

Pretendia-se desenvolver uma educação genuinamente brasileira visando à conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição do intelectual era a de aprender com o povo, despindo-se de todo o espírito assistencialista. (Saviani 2008 p. 318).

Este fato contribui para grande ascensão no número de matrículas principalmente a alunos de classe populares, porém o modelo de ensino permanece inalterado o que acaba ocasionado um retrocesso à educação que resultou em índice alarmante de evasão escolar e é a partir daí que classes especiais são estabelecidas em escolas regulares a fim de tentar solucionar este problema.

Criado no governo de Getúlio Vargas em 1930, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (1973) com o objetivo de atender de forma mais efetiva a alunos com deficiências e superdotados, entretanto esse atendimento ainda tinha moldes assistencialistas e a singularidade das crianças não eram levadas em consideração.

O estopim para um resignificado na educação especial veio a partir da Constituição de 88 (art. 3º, inciso IV) onde é garantido que “a educação é direito de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Ainda na década de 80 foi criado CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) que tinha como finalidade a efetivação legal do Poder Público em nível nacional tendo a integração e ações sociais de pessoais com deficiência bem como garantir a defesa de seus direitos seu alvo principal.

Já em 1994 foi publicada a Politica Nacional de Educação Especial que condicionava a integração de alunos com deficiência ao ensino regular, entretanto àqueles que possuíssem condições de acompanhar as atividades pedagógicas dessas classes. As singularidades e individualidades desses educandos não são neste contexto levadas em consideração e que acaba ocasionando reformulações posteriores.

Um marco que resignificou a educação nacional foi sem dúvida a promulgação da Lei 9.394/1996 a atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases), passou-se então a ofertar uma educação “preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Além disto, destacam-se: serviço de apoio especializado de acordo com a singularidade de cada aluno, extensão de atendimento desde a primeira infância garantidos já na Educação Infantil, currículo, recursos e métodos adaptados de forma a atender efetivamente as especificidades individuais, docentes com formação profissional à educação especial, bem como “terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados”.

Em 2001 é promulgada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso a Convenção Interamericana da Guatemala para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Em seu contexto legal cabe destaque medidas e adaptações para proporcionar o direito as pessoas com deficiência acesso arquitetônicos, transporte públicos, bem como sistema de comunicação, entre outros.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei

10.172/2001, vem propor metas decenais tais como: salas de recursos, provimento de transporte e equipes multidisciplinares afim de prestar atendimento nas áreas: pedagógicas, saúde e assistência social.
A Resolução CNE/ CP 01/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e define que os futuros educadores devem ter organização curricular tendo em vista o respeito à diversidade e especificidades de todos os alunos.
Por fim a lei que trouxe polêmica no que tange a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), foi o Decreto 10.502/2020, pois para muitos a PNEE fere a Convenção da Nações Unidas (ONU), sobre os direitos das pessoas com deficiência, no Brasil reforçado pelos decretos 186/2018, e pelo Decreto 6.949/2009.
O Decreto flexibiliza a oferta de educação e dá autonomia aos pais dos alunos onde querem efetivar a matrícula de seus filhos, sendo em: escola ou classes regulares de ensino e/ou inclusiva, escolas especiais ou específicas para a deficiência.

2.2 Exclusão, Inclusão e a Integração na Educação Infantil

Segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência "as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas".
Segundo Ropoli (2010, p.14), "é frequente a escola seguir outros caminhos, adotando práticas excludentes e paliativas, que as impedem de dar o salto qualitativo que a inclusão demanda. "
É fato de que a exclusão ainda permeia o espaço escolar, haja vista que suas raízes aqui já citadas surgiram a partir de escolas especiais criadas no Brasil a partir do século XIX.
A Educação Infantil é direito de todos e sua oferta tem início a partir do nascimento da criança, portanto, seja esta criança com deficiência ou não a Constituição em seu artigo 205 afirma que "a educação, direito de todos e dever do
Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". De acordo com VEIGA (2008) "A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil, seja em creches, pré-escolas ou similares, é um tema polêmico". Segundo a autora muitos dos profissionais que deveriam educar essas crianças além de não possuir capacitação específica, sentem-se incapazes, perdidos e angustiados, pois não conseguem geralmente estabelecer interação entre seu
trabalho e o mundo do educando e desta forma às vezes os julgam incapazes.
O grande desafio para a educação atual é criar meios de incluir sem excluir alunos com deficiência em escolas regulares e este conceito não apenas precisa ser desenvolvidos no âmbito educacional, mas, sobretudo, em uma sociedade tida como moderna e evoluída, pois nada adiantará existir professores capacitados e aptos para atender de forma efetiva essa clientela se na sociedade também não existir um novo olhar para a inclusão.
Essa ideia é defendida por SAWAIA (1999) quando afirma que:
(...) a exclusão não é um estado que se adquire ou do qual se livra em bloco, de forma homogênea. Ela é um processo, configurando nas confluências entre o pensar, sentir e o agir e as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético, entre a morte emocional e a exaltação revolucionária. (SAWAIA, 1999, p.110- 111).

Desta forma a exclusão pode ser entendida como uma forma de separar o tido normal" do "especial", sendo que cada ser humano é único, heterogêneo e com suas próprias especificidades e o que precisa ser enfatizado sem nenhuma sombra de dúvida na sociedade contemporânea é essas características.
Ter deficiência neste contexto acarreta em um olhar reflexivo para novas formas de aprendizado, reorganização do currículo, de método, do fazer pedagógico e de resignificar o tempo para esse processo de aprendizagem respeitando o tempo de cada criança e em seu artigo 29 a Lei de Diretrizes e Bases afirma que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, pg.14)

Nessa perspectiva a Política de Educação Especial também afirma que a integração é um processo relacional em um âmbito social, "e sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos" (1994 p. 18).
A efetivação de uma educação inclusiva não será garantida por meio de leis nacionais ou tão pouco internacionais, ela será realidade quando a escola e seus profissionais em sua totalidade e não apenas docentes estiverem preparados para trabalhar com as diferenças de cada criança independente de sua deficiência, haja vista que cada educando é único

e possui suas especificidades e é papel desta nova escola respeita-la.
Já no que diz respeito às políticas públicas a Educação Inclusive necessita de uma rede de suporte e apoio capazes de integrar escola e sociedade, além de atualizações permanentes sobre essa temática.
Muitos estudiosos defendem que há uma contradição clara em leis e decretos, pois enquanto um garante o direito de todos e tem especificções exclusivas de atendimento para crianças deficientes, outras não deixam claro a garantia desses direitos. Exemplo disto, aqui já citados são a falta de programas de capacitação para educadores, bem pcomo construções arquitetônicas não adaptadas.

E para concluir o papel da família é sobretudo o ápice deste enredo, pois nada adiantará professores capacitados e a ação do poder público sem essa parceria.

2.3 O papel do professor na Educação Inclusiva

Historicamente a Educação Inclusiva brasileira tem passado por mudanças relevantes e significativas desde o século passado e isto vem contribuindo para uma resignificância no papel do professor em sala de aula.
As práticas educacionais para alunos com deficiência tais como: física, intelectual, visual, auditiva, múltiplas ou superdotação revelam quebra de paradigmas jamais visto até a atualidade.
Entretanto, não é difícil encontrar profissionais receosos neste contexto educativo, repletos de dúvidas, ansiosos por aprendizagem que em alguns casos não lhe é ofertada o que acarreta na exclusão da aprendizagem desses alunos classes comum. Para GÓMEZ (1992)

O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim. (GÓMEZ, 1992, p.103-105).

Para EDLER (2004), os professores em geral consideram-se despreparados, “mostram-se ainda reticentes quanto à sua capacidade (e vontade) de atender a todos esses alunos em classes do ensino comum”.
Vale salientar que as especificidades de cada aluno não são necessariamente ligadas à sua deficiência, haja vista aqui já citado, cada criança é única e tem seu momento próprio para adquirir e absorver seu aprendizado e cabe ao professor um olhar reflexivo e uma preocupação constante em uma educação continua a fim de proporcionar oportunidades igualitárias para todos.
GÓMEZ-PALACIO (2002) defende que:
É importante saber que há crianças que funcionam muito bem em geral, mas há uma área ou várias áreas que a criança não consegue dominar, daí que se deve solicitar a avaliação das áreas nas quais o aluno tem problemas, o que permitirá trabalhar com ele, com ou sem a ajuda do especialista. GOMEZ--PALACIO, 2002, p.310)

Já para CARVALHO (1998), os professores deveriam assumir “que as diferenças individuais no processo de aprendizagem são inerentes à condição humana”. Ainda segundo o autor, algumas crianças realizam a transferência de aprendizagem com mais facilidade em enquanto que outros necessitam de estímulos.
E com base neste norte de reflexão e mudanças que o educador necessita primeiramente respeitar as diferenças de aprendizagem e ter um planejamento baseado na realidade de seus alunos, dando também possibilidade de mudanças ao currículo quando se fizer necessário.
Outro ponto imprescindível é a estruturação do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola que deve direcionar ações que promovam compromisso com a diversidade, além de suporte e acesso a recursos que contribuam para uma aprendizagem significada de todas as crianças.
A formação continuada dos educadores tem aqui grande destaque para ruptura no desenvolvimento de ensino aprendizagem. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) a prática educativa em classes comuns está ligada diretamente a formação continuada de seus professores.
O artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência prevê “a adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado” (BRASIL 2015, p.8)
A tarefa de transformação no âmbito escolar não deve acontecer de maneira isolada, é preciso a aproximação com as famílias, bem como com a comunidade escolar. Todo o esforço do professor de nada terá validade se a família não assumir o seu papel de cooparticipante na construção do processo de conhecimento da criança.
Cabe ainda ressalta a importância de um currículo desenvolvido com base em um diagnostico e direcionados as peculiaridades de sua clientela, isso implica ao professor mediador das verdadeiras mudanças educacionais e sociais de seus alunos.
Neste contexto COLL (1996) afirma:

Entendemos o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. O currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar. Um currículo é uma tentativa de comunicar os propósitos educativos de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente transladado em prática. (COLL 1996, p. 45).

A mudança de atitudes frente à diferença, sem dúvida é um desafio diário não apenas para o professor, mas, sobretudo para equipe gestora e estendem-se para todos os demais educadores e neste contexto o termo "educador", não apenas é atribuído para professor, mas para todos os que trabalham nos bastidores da escola que vão desde a equipe de apoio a aqueles que colaboram na organização e limpeza desta.

Conviver com a diferença não pode ser visto como barreira, mas como oportunidade de conhecer o que há de mais sensível nas especificidades de cada individuo e isto acarreta ganho para todos: aluno, família, professor e sociedade.

3. CONCLUSÃO

A política de inclusão no Brasil garante que todas as crianças têm direito a educação e sua matrícula deverá ser feita em escolas regulares. Em tese essas escolas deveriam está prontas para receber essa clientela, porém a realidade vista não corresponde com a ideal.

Vale salientar, portanto, que sem a ação efetiva dos governos estaduais, municipais e federais como formação específicas a professores e demais agentes escolares, bem como a preocupação e interesse desses educadores em sair de uma zona de conforto e possibilitar abrir a janela para mudanças, nada disso sairá do papel.

A família é o primeiro grupo a quem o indivíduo pertence, portanto caberá a ela tanta responsabilidade quanto aos demais citados acima, pois sem a sua contribuição essa interação não será efetivada e as transformações social dificilmente acontecerão.

Asas:

Rubem Alves em seu brilhantismo poético eternizou nos versos Gaiolas ou

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros.

Porque a essência dos pássaros é o vôo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (ALVES,2004).

A educação e aprendizagem não vêm com uma receita pronta, portanto cabe aos educadores desbravar novos caminhos para descortir a igualdade de saberes das crianças com deficiência.

Os desafios são diversos, mas não impossíveis e as responsalidades para que "os pássaros alcancem vôo" vão desde o poder público, famílias, comunidade escolar e sociedade.

Cada criança tem o seu tempo de criar asas e voar, cabe ao professor "encoraja-lo ao vôo, uns alcançarão vôo cronologicamente mais rápido, outros precisarão de recursos e novas estratégias para concluí-lo, mas o professor mediador precisa ter consciência de que todos a seu tempo alcaçaram seus próprios vôos.

A educação inclusiva implica na transformação de uma educação para todos e que as limitações e especificidades de cada criança não seja empecilho para que seu processo de cidadão crítico, reflexivo sejam assegurados.

A concepção entre o fazer pedagógico e o desenvolvimento do currículo, assim como equalizar e garantir a acessibilidade de todos é fundamental para o processo de inclusão.

O acesso a inclusão escolar começa desde as adaptações arquitetônicas, tecnólogicas, mobilidade urbana, no transporte, comunicação e acesso a informações e barreiras atitudinais onde quebra de paradigmas tão necessários para mudanças em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

ALVES, Rubens. Pensamento. Há escolas que são gaiolas e há....Disponível em: https://contadores-destorias.wordpress.com/2012/02/19/gaiolas-e-asas-rubem-alves/. Acesso em 30/10/2020.

. Ministério da Educação e Cultura. Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Na-